

Economistas divergem sobre acordo

Depois de três horas ouvindo opiniões divergentes sobre o acordo da renegociação da dívida externa vencida no ano passado, os senadores encarregados de analisar o documento ficaram tão confusos que o vice-presidente da comissão, Ruy Bacelar (PMDB-BA), chegou a dizer que não sabe se o apoio do Senado irá prejudicar ou ajudar o Brasil. O ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira e o ex-assessor especial para a dívida externa do Ministério do Planejamento, Paulo Nogueira Batista Júnior, classificaram como um recuo o acordo do governo brasileiro para o pagamento de parte dos juros atrasados (US\$ 8,5 bilhões) aos bancos credores privados. Bresser, Nogueira Batista e o presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, deram depoimento ontem na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Nogueira Batista disse que o Brasil cedeu demais em relação à proposta de negociação original, de outubro de 1990. Segundo ele, o governo abandonou a estratégia de negociação apresentada aos credores, que condicionava o pagamento da dívida à capacidade de pagamento do País e vinculava a negociação do principal ao acerto sobre os juros atrasados entre junho de 1989 a março deste ano.

Críticas

A proposta original do governo previa para este ano um pagamento de US\$ 1,2 bilhão de dívida do setor público. Agora o governo se dispõe a pagar US\$ 2 bilhões. Nogueira Batista observou que não existe nenhuma evidência de que a capacidade de pagamento aumentou de outubro para cá. Ele estima que a situação das contas externas neste ano será pior que no ano passado porque o governo começou a liberar pagamentos que estavam suspensos (a dívida do setor privado, os juros atrasados e os juros dos bônus que começam a ser contabili-

Valdir Messias 04.12.90



Carlos Menandro 16.05.90



Bresser (E) defende aprovação do acordo que Nogueira condena

zados a partir de 1º de janeiro deste ano).

Os tetos e pisos das taxas de juros acertados com os banqueiros também foram criticados pelo economista, para quem a taxa mínima negociada está quase no nível dos juros praticados ontem na Europa e nos Estados Unidos. Além disso, o governo brasileiro perdeu poder de negociação quando aceitou renegociar separadamente os juros atrasados e o principal da dívida de longo prazo que ainda não venceu.

Estratégia

Paulo Nogueira Batista lembrou que em 1988 o então ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, resolveu retomar os pagamentos aos banqueiros estrangeiros, acreditando que eles logo passariam a conceder novos empréstimos ao Brasil. "Pagamos e o dinheiro novo nunca veio. Agora, estamos fazendo concessões crescentes e corremos o risco de cair num simples acordo de adesão.

Ainda não estamos num processo como o de 88, mas caminhamos para isso". Paulo Nogueira recomendou aos senadores que não aprovem o acordo antes de conhecer em detalhes o que foi negociado. Neste momento, advogados brasileiros acertam com os credores, em Nova Iorque, um protocolo com todos os detalhes do que foi negociado.

Bresser considerou que o recuo foi estratégico, até porque não havia outra saída. Ele previu maiores dificuldades para o Brasil na área externa se a comissão não aprovar o acordo fechado pelo governo e por isso aconselhou-a a aprovar o protocolo sobre os juros atrasados que deverá ser assinado entre os bancos credores e o governo brasileiro. Ele acentuou que, se o Senado não aprovar o protocolo, a credibilidade do País ficará seriamente abalada, principalmente com os organismos multilaterais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento).